

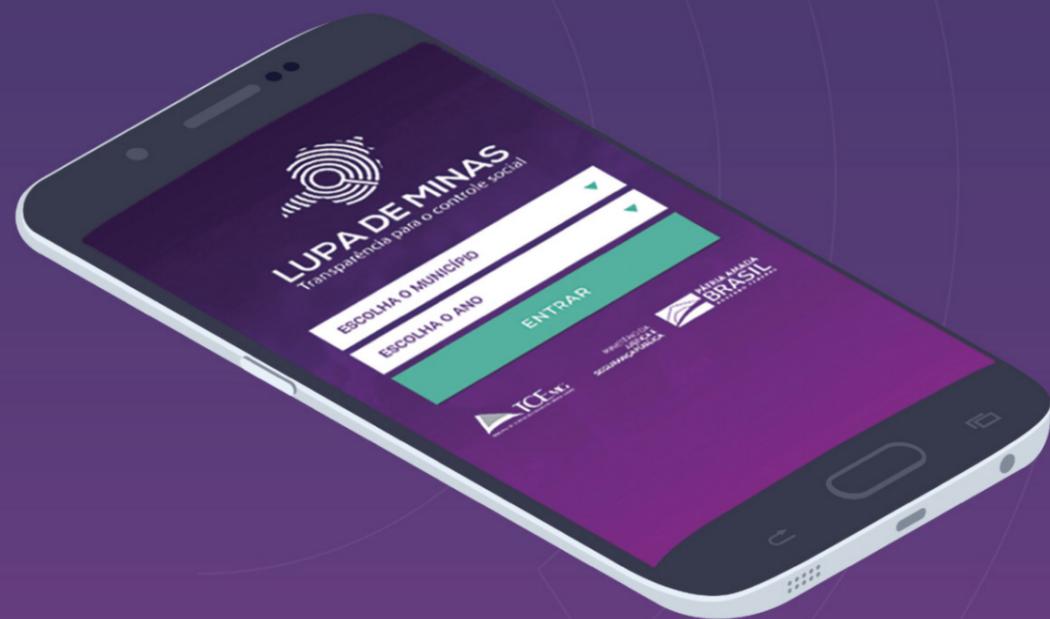
CONTAS DE MINAS



Ano 07 - edição 40 /2020

CIDADANIA PORTÁTIL

App para celular revela
finanças dos municípios





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- Presidente** Conselheiro Mauri José Torres Duarte
Vice-Presidente Conselheiro José Alves Viana
Corregedor Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz
Conselheiros Wanderley Geraldo de Ávila
 Sebastião Helvecio Ramos de Castro
 Cláudio Couto Terrão
 Durval Ângelo Andrade (Ouvidor)
Conselheiros Substitutos
 Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
 Hamilton Antônio Coelho
 Adonias Fernandes Monteiro
 Victor de Oliveira Meyer Nascimento
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Procuradora-Geral
 Elke Andrade Soares de Moura
Subprocurador-Geral
 Márcilio Barenco Corrêa de Mello
Procuradores
 Maria Cecília Mendes Borges
 Glaydson Santo Soprani Massaria
 Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
 Cristina Andrade Melo
 Daniel de Carvalho Guimarães
Chefe de Gabinete do Conselheiro Presidente
 Gustavo Milânio
Chefe de Gabinete da Presidência
 Carlos Alberto Pavan
Diretor-Geral
 Marconi Augusto Fernandes de Castro Braga

EXPEDIENTE

- Diretoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**
Diretor
 Luiz Cláudio Diniz Mendes
 Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG
Editor Responsável
 João Manuel Lopes de Cerqueira
 Jorn. Mtb n. MG-08616 JP - DRT/MG
Redação e fotos
 Alda Clara de Aquino
 Frederico Nicola La Rocca
 Karina Camargos Coutinho
 Lucas Borges
 Luiz Gustavo Ribeiro
 Thiago Rios Gomes
Revisão
 Márcio de Ávila Rodrigues
Projeto Gráfico / Capa
 Coordenadoria de Publicidade e Marketing / Vivian de Paula
Diagramação
 Márcio Wander Moura Ferreira / MG-00185 DG - DRT/MG

PERIODICIDADE: BIMESTRAL
TIRAGEM | 4.000 | EXEMPLARES
 Impressão: Global Print
 Fechamento desta edição: 28/02/2020

TCEMG
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 Av. Raja Gabaglia, 1.315
 Luxemburgo - Belo Horizonte - MG
 CEP: 30380-435 / Tel: (31) 3348-2111



NESTA EDIÇÃO

CAPA
Uma lente de aumento para as contas do seu município 10



Entrevista 04
 'Mente sã, corpo sã'

Concursos 14
 O caminho até o dia da prova

Treinamento de Controle Interno 16
 Primeira parada: Curvelo

Encontro Técnico 18
 Dois mil capacitados

Academia Mineira de Letras 20
 Das letras e das contas

Rede Ouvir 24
 O renascimento da parceria

Acessibilidade 26
 Tribunal em libras

ENTREVISTA

Vigor no controle externo

Por Thiago Rios Gomes

Uma gestora eminente e desportista. Assim podemos definir a superintendente de Controle Externo do TCEMG, Flávia Alice Dias, que concilia a pesada rotina de atividades no Tribunal com a prática intensa de exercícios físicos, como *squash*, natação e vôlei. Flávia, que recentemente concluiu um curso sobre Governança e Transparência na *University of Copenhagen*, na Dinamarca, falou, para a Revista Contas de Minas, sobre as atividades de fiscalização do Tribunal em 2019 e revelou alguns planos da Instituição para 2020.



Qual o balanço que a senhora faz das atividades de fiscalização do Tribunal de Contas de Minas Gerais em 2019?

Em linhas gerais, as atividades de controle externo em 2019 foram muito exitosas, tanto em termos quantitativos, já que todas as metas de análise de processos e de fiscalização foram cumpridas e muitas até superadas, quanto em termos qualitativos, pois foram iniciados projetos e ações estratégicas para aprimorar a fiscalização como um todo.

No ano passado, conseguimos estruturar uma equipe de auditoria financeira, que já está atuando no âmbito da fiscalização estadual e municipal, e um núcleo de análise atuarial na Superintendência de Controle Externo. Mesmo durante a capacitação teórica realizada pela Escola de Contas para os novos servidores os atuários já analisaram as contas de governo do Estado de 2018 e, em seguida, trabalharam nas contas de governo de Belo Horizonte, na conclusão do levantamento feito sobre o RPPS no Estado e na elaboração de matriz com escopo atuarial para complementar as auditorias realizadas nos Regimes Próprios de Previdência dos municípios mineiros.

Além disso, conseguimos avançar na atuação integrada com outros órgãos de controle, sobretudo a partir da intensificação de nosso engajamento na Rede de Controle e Combate à Corrupção em Minas Gerais (ARCCO). Nessa esfera, um exemplo relevante foi a ampliação do índice de respostas dos jurisdicionados às irregularidades apuradas por meio da malha de fiscalização de acumulação indevida de cargos públicos no CAPMG a partir do engajamento da Controladoria-Geral do Estado e dos controles internos dos municípios.

Ademais, foi concluída a informatização das prestações de contas anuais dos responsáveis por órgãos e entidades estaduais e foi desenvolvida uma nova solução para receber

dados e informações sobre obras e serviços de engenharia, a partir do que esperamos caminhar cada vez mais na modernização do controle exercido pelo Tribunal.

Para fechar um balanço de 2019, poderiam ser listados vários outros exemplos de melhorias incrementais no planejamento e na execução das auditorias buscando uma maior adesão às normas de auditoria do setor público, mas considero válido citar a criação do Comitê de Asseguração da Qualidade das Fiscalizações, com o objetivo de promover uma conferência da aderência dos trabalhos realizados no ano anterior às metodologias pertinentes a cada instrumento de fiscalização. Esse comitê, integrado por servidores com experiência em auditoria indicados pelas diretorias técnicas e coordenado pela Superintendência de Controle Externo, apresentará medidas necessárias ao aperfeiçoamento das fiscalizações, o que pode incluir a recomendação para a realização de ações de capacitação específicas ou para a emissão de orientações técnicas sobre algum ponto ou mesmo para a proposição de minuta de normativo para regulamentar algum instrumento de fiscalização.

Esses avanços foram possíveis com a soma dos esforços dos gestores e dos servidores mais experientes e dos novos concursados.

Quais os impactos da posse dos novos servidores concursados em 2019?

O ano de 2019 foi marcado pela posse de 125 servidores efetivos no Tribunal e, pela primeira vez, todos com lotação na unidade técnica. Recebemos analistas com formações e trajetórias profissionais bem distintas, com destaque para os cientistas da computação e para os atuários, cujas especialidades não tínhamos em nosso quadro funcional. A inserção desses novos servidores nas equipes das coordenadorias e diretorias técnicas ocorreu depois de um período de acolhimento e de capacitação teórica sobre a estrutura e atuação do Tribunal, o que foi concretizado com grande empenho da Escola de Contas e da Diretoria de Gestão de Pessoas. E, na sequência, os analistas formados em Contabilidade, Engenharia e Direito ainda tiveram um período de treinamento prático com processos, acompanhados de perto por servidores mais experientes, destacados como facilitadores, numa iniciativa inédita que demandou esforços substanciais de praticamente todas as

coordenadorias e diretorias da unidade técnica. Durante todo esse período, a Diretoria de Gestão de Pessoas realizou o mapeamento de perfil desses novos servidores e apoiou constantemente a equipe da Superintendência de Controle Externo na avaliação dos currículos e dos perfis dos servidores e dos gestores para que a definição de suas lotações pudesse atender, da melhor forma possível, as demandas das unidades e os potenciais individuais de cada servidor. Uma premissa importante que balizou todo esse esforço de capacitação e definição de lotação foi a de inserir o máximo de servidores nas atividades de auditoria, pois 66% dos auditores poderão se aposentar em 2020. Como resultado, 69 novos analistas passaram a integrar o rol de auditores do Tribunal.

É importante explicar toda essa trajetória por duas razões principais. Primeiro, para reconhecer todo o empenho dos servidores mais experientes e dos coordenadores e diretores para conseguirmos realizar um processo de treinamento dos novos servidores de uma forma que qualificasse a visão do Tribunal de Contas antes de cada um ser lotado em um setor, o que é de extrema relevância para que eles possam ter uma noção mais ampla da instituição e possam se alinhar à missão, valores e visão do Tribunal em todos os trabalhos que realizarem em sua jornada profissional aqui. Segundo, para termos clareza de que recebemos novos colegas com excelente nível técnico, mas, como a esfera de atuação do Tribunal de Contas é muito distinta de outras instituições, a curva de aprendizado dos novos servidores se iniciou em 2019 e continua pelos próximos anos, dependendo muito das trocas de conhecimento com colegas mais experientes, o que acaba gerando aprendizado por todos. De todo modo, entramos em 2020 muito animados, com as equipes técnicas reforçadas e com muitos projetos e ações para colocarmos em prática.

Quais os principais desafios para 2020?

Os desafios para 2020 são de diversas ordens, pois sempre organizamos nosso planejamento anual para executar as fiscalizações e para cumprirmos as metas processuais, mas, para além disso, temos sempre que pensar, propor e agir em diversos projetos para buscar melhorar a eficiência e a efetividade do controle. Para o constante aprimoramento da atuação do Tribunal, é necessário progredir com as inovações, ▶

mantendo, em contrapartida, todas as melhorias já implementadas em momentos anteriores. Eu recebi a diretriz, ao assumir a Superintendência, de consolidar e avançar no uso das tecnologias e ferramentas já desenvolvidas ou em desenvolvimento no Tribunal para que as inovações passem a agregar mais valor às fiscalizações. Esse é um desafio grande na medida em que demanda conhecimentos técnicos e mudança na cultura de controle em todos os setores do Tribunal, não apenas da unidade técnica. Em 2020, já iniciamos o ano com uma apresentação dos sistemas do Tribunal para nossos servidores e vamos continuar com diversas ações de comunicação, capacitação e treinamento prático dos servidores.

Outro desafio de peso em 2020 é fomentarmos a participação qualificada da unidade técnica na elaboração do Plano Estratégico 2021-2026 do Tribunal, e, para tanto, abrimos o ano com um grupo destacado para estudar as diretrizes e macro-tendências de controle externo no Brasil e no mundo, que será apresentado em maio para toda a Casa. As contribuições da equipe técnica para o ciclo de planejamento estratégico do Tribunal para os próximos seis anos são de extrema relevância e demandam uma visão de qual instituição e qual controle queremos para o futuro.

Alinhado a isso tudo, temos um projeto muito caro à Superintendência que é o de aprimoramento da sistemática de planejamento das ações de controle, tanto das fiscalizações quanto da análise de processos, para que tenhamos maior clareza e padronização da utilização dos critérios de seletividade (materialidade, risco, relevância e oportunidade) em todas as unidades, mas também para ampliarmos nosso planejamento para agregar outros referenciais como, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Para caminhar nessa direção, mapeamos a necessidade de aprimorar as diretrizes e as ferramentas de gestão das atividades de fiscalização, com a qualificação dos estoques dos processos que temos para analisar e, conseqüentemente, com a qualificação das metas definidas para a unidade técnica. Não adianta fixar uma meta quantitativa de análise de processos ou de realização de auditorias sem considerarmos o impacto e o benefício gerado pelo controle para toda a sociedade e, em diversos casos, constatamos que o controle aprofundado e focado em uma situação séria e relevante é mais efetivo. É claro que precisamos sempre atuar pensando em estratégias para enfrentar nosso estoque de processos e também na qualidade e efetividade do controle, e é por isso que esse ponto é tão desafiador.

Já que eu mencionei as nossas metas internas, vale destacar que propusemos em 2019 alterações substanciais nas metas do Tribunal que passam a valer no Plano Plurianual de Ações Governamentais (PPAG) de 2020 a 2023, no que fomos pautados pela necessidade de avançarmos institucionalmente em alguns parâmetros importantes do Marco de Medição de Desempenho do Tribunal (MMD). Pela primeira vez, o Tribunal terá que priorizar a análise de processos levando em consideração o ano de ocorrência dos fatos

e não mais simplesmente a data de entrada dos processos no Tribunal, o que contribui para a tempestividade do controle externo, tendo em vista que muitos processos chegam ao Tribunal tratando de fatos ocorridos há mais de três anos. E, também de forma inédita, o Tribunal passou a ter o prazo de 360 dias para julgar as auditorias, o que significa que as fiscalizações que o Tribunal decide realizar, a partir de uma análise mais sistêmica de relevância, risco, materialidade e oportunidade, deverão ser priorizadas em todas as unidades para que consigamos que a deliberação final do processo ocorra dentro de um ano, o que permitirá que as recomendações e determinações sejam emitidas mais tempestivamente aos jurisdicionados.

Por fim, como é importante não só trabalharmos cada vez melhor mas também prestarmos contas dos resultados que alcançamos para toda a sociedade, um desafio que persiste para 2020 é o de estruturarmos mecanismos mais eficientes de monitoramento das decisões do Tribunal e de registro dos benefícios do controle, para que o Tribunal siga se fortalecendo como uma instituição reconhecida por sua qualidade técnica multidisciplinar diferenciada no exercício do controle externo.

A atual presidência do Tribunal de Contas elegeu o acompanhamento da arrecadação tributária como prioridade para o biênio 2019/2020.

Para a senhora, quais os principais benefícios desse acompanhamento?

Esse acompanhamento, iniciado na gestão anterior, busca apoiar os municípios para avançarem no exercício da competência tributária própria que já estava prevista na Constituição, mas que, por questões diversas, não estava sendo exercida plenamente. E esse apoio para que os municípios aumentem sua arrecadação própria não é importante apenas porque está previsto na Constituição, mas sobretudo porque permite que o gestor municipal tenha mais recursos disponíveis para executar políticas públicas importantes e para promover o desenvolvimento local e a melhoria de oportunidades para os cidadãos. Em resumo, o “Projeto Receitas Públicas Municipais” objetiva qualificar os gestores e servidores municipais, fomentar o aprimoramento de procedimentos, a atualização tecnológica e de legislação para tornar a arrecadação dos municípios mais eficiente, induzindo melhores práticas de gestão.

Em 2019, foi lançado o Portal Receitas, por meio do qual os municípios que aderiram ao projeto e responderam o questionário elaborado pelo Tribunal estão recebendo um diagnóstico personalizado sobre suas fragilidades e sendo orientados sobre quais providências podem adotar para melhorar a arrecadação municipal. É por meio do próprio Portal Receitas que os municípios podem informar ao Tribunal quais medidas estão tomando para melhorar a sua gestão tributária. A equipe do Centro de Fiscalização Integrada e Inteligência (SURICATO) acompanha quais ações já foram adotadas por cada município e a Superintendência conta com um grupo dedicado para realizar estudo mais aprofundado sobre o impacto do

projeto na arrecadação dos municípios mineiros. Esse acompanhamento é reforçado por ações de capacitação dos servidores municipais que atuam na área tributária, tendo em vista que é um tema complexo e desafiador, entre as quais o curso “Arrecadação Municipal: Educar para Arrecadar”, estruturado pela Escola de Contas.

Além desse enfoque no gestor e no servidor municipais, faz parte do Projeto Receitas o “Jogo do Tributo”, que consiste em uma iniciativa para promover a educação fiscal a partir de apresentações voltadas para alunos do ensino médio em escolas, para ensinar, no formato de um jogo, algumas noções de funcionamento do município e da forma como a sociedade financia as atividades estatais e as políticas públicas mediante o pagamento de tributos. Está disponível na intranet um vídeo sobre o Jogo do Tributo que ficou muito interessante e ilustra bem o potencial que a iniciativa tem. Em 2020, estamos buscando instituições parceiras para disseminarmos a aplicação do Jogo do Tributo pelos próprios professores, o que nos permitirá aumentar o alcance da iniciativa.

Como os benefícios dos projetos “Sob Controle: controle interno para ampliar resultados” e “Lupa de Minas” podem ser revertidos em prol da sociedade?

Esses projetos possuem em comum o objetivo de fortalecer os controles internos dos municípios e o controle social. Começando pelo Lupa de Minas, para entender o contexto em que o projeto foi proposto, ao longo dos anos o Tribunal tem avançado no recebimento de dados estruturados, ampliado o nosso acesso a bancos de dados de outros órgãos e instituições, bem como desenvolvido diversas formas de cruzar esses dados e gerar informações estratégicas para o exercício do controle externo. Sobre tudo a partir do advento da Lei de Acesso à Informação, há cada vez mais dados públicos disponibilizados ao acesso dos cidadãos, mas a compreensão desses dados nem sempre é fácil. O Tribunal já vinha se empenhando para disponibilizar, de forma ativa, os dados públicos para toda a sociedade, buscando formas de tornar a divulgação dos dados mais didática e acessível a um público não técnico. Nessa linha, o aplicativo Lupa de Minas concretizou mais um passo para ampliar o acesso dos cidadãos às informações sobre a gestão pública municipal em Minas Gerais, agora por meio de dispositivos móveis.

Em resumo, a partir dos dados que o Tribunal recebe por meio de seus sistemas, o aplicativo apresenta as informações em formato mais acessível, permitindo que o cidadão entenda melhor pontos relevantes da gestão municipal. Dessa forma, o aplicativo, por permitir um acesso ainda mais dinâmico aos dados por meio de dispositivos móveis, avança em relação à funcionalidade “Fiscalizando com o TCE”, dentro do portal do Tribunal, quanto aos dados que já eram disponibilizados em formato semelhante. Todo esse esforço para a divulgação dos dados sobre a gestão pública em uma linguagem mais acessível a qualquer cidadão vai além da preocupação com a promoção da transpa-



rência ao buscar lançar bases para que o controle social seja exercido de forma concomitante e cada vez mais qualificada. Isso irradia efeitos para o próprio Tribunal, pois recebemos via Ouvidoria, Fale como TCE ou mesmo denúncias formais os relatos dos fatos que estão sendo observados na ponta da gestão pública e isso nos permite atuar em situações que poderiam não ser identificadas de outras formas.

No que tange ao projeto “Sob Controle: controle interno para ampliar resultados”, o objetivo central é o fortalecimento do controle interno dos municípios, e está no próprio nome do projeto a resposta acerca do benefício revertido para a sociedade, pois o controle interno não deve atuar para ser um entrave, mas sim para prevenir irregularidades e agregar valor à gestão pública. Quando a Constituição da ▶

República abre a seção sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, o controle externo é colocado ao lado dos sistemas de controle interno de cada Poder no *caput* do art. 70, ambos com competência de exercer tal fiscalização. Apesar desse arranjo definido constitucionalmente, constatamos, em diversas situações, que a atuação do controle interno acaba sendo muito formal e limitada.

Nos estudos que antecederam a formulação desse projeto, foram visitados alguns controladores internos de municípios da região metropolitana e foram constatadas fragilidades ligadas à estruturação e até mesmo ao entendimento de qual deveria ser o papel do controle interno na administração pública. De fato, quando se analisa a legislação nacional a respeito do controle interno, constata-se

uma lacuna significativa no que toca a qual seria a forma de sua estruturação e a atuação esperada. Foi exatamente em razão desse contexto que o Tribunal aprovou orientações sobre o controle interno por meio da Decisão Normativa n. 2/2016, mas ainda persistem os desafios. Diante desse panorama, o projeto Sob Controle estruturou atividades de capacitação, já realizou dois seminários e alavancou outras iniciativas para apoiar mais efetivamente o controle interno. Nesse sentido, foi totalmente revitalizado o Espaço do Controle Interno, ambiente *on line* dentro do portal do Tribunal em que há um canal de comunicação direto dos controladores internos com o TCEMG, além de um repositório de normas e informações e notícias sobre o tema, e de acesso a ações de capacitação. Em 2019, o Espaço do Controle Interno teve um aumento expressivo no número de visualizações e foram cadastrados 1.109 (um mil cento e nove) novos usuários.

Dentro do projeto, já foram realizadas duas atividades integradas de controle, estruturadas no formato EaD, ambas com uma primeira parte teórica seguida de uma parte mais aplicada. A primeira atividade integrada de controle teve o foco em como o controle interno poderia realizar uma auditoria de conformidade no portal de transparência do município, e a segunda ensina a elaborar um plano de auditorias internas. Em 2018 e 2019, foram realizados seminários de controle interno na sede do Tribunal, em que tivemos palestras de especialistas renomados apresentando visões contemporâneas do papel do controle interno, alcançando o público-alvo de gestores e servidores que atuam no controle interno das prefeituras e de órgãos e entidades do Estado. Por fim, foi elaborado em 2019 um questionário para gerar diagnóstico do nível de maturidade dos controles internos nos municípios mineiros e alcançamos o percentual de respostas de 91% dos municípios do Estado. Os estudos que estão sendo desenvolvidos a partir dos resultados desse questionário vão qualificar o planejamento das próximas ações do Tribunal dentro do projeto.

Quais contribuições efetivas o controle externo pode trazer para a melhoria das políticas públicas brasileiras?

Cada vez mais os órgãos de controle externo têm percebido a importância de um enfoque que possa agregar valor à gestão dos recursos públicos, com a emissão de recomendações e o monitoramento dos resultados, com o olhar para o futuro e não limitado a fatos ou irregularidades do passado. É óbvio que isso não significa deixar de punir as irregularidades identificadas nas fiscalizações que realizamos, mas hoje percebemos que há uma irradiação maior de benefícios do controle para a gestão pública quando a fiscalização consegue avaliar um panorama mais sistêmico para identificar causas e consequências dos problemas observados e, a partir daí, indicar formas de se aprimorar o desempenho da gestão. As auditorias operacionais realizadas pelo Tribunal têm um enorme potencial de apontar itens para serem aperfeiçoados na gestão das políticas,

e hoje contamos com uma equipe técnica que tem aplicado essa metodologia de fiscalização com muito rigor e alcançado resultados muito relevantes para a população.

Complementarmente, alinhados às recentes tendências de controle externo constantes da Carta de Moscou e da Carta de Foz do Iguaçu, estamos avançando nos estudos e na estruturação de um núcleo de avaliação de políticas públicas aqui na Superintendência de Controle Externo, que também atuará com o intuito de permitir a melhoria das políticas públicas desenvolvidas no âmbito de jurisdição do Tribunal. Dessa forma, os tribunais de contas têm buscado estruturar seus planos estratégicos e tático-operacionais considerando o contexto das políticas públicas e os principais pontos que demandam aprimoramento para que os recursos públicos possam ser cada vez melhor aplicados em benefício dos cidadãos.

Em dezembro, a senhora esteve na Dinamarca onde além de fazer o curso *Transparency and Good Governance* também pôde conhecer algumas organizações e instituições dinamarquesas. Gostaria que falasse um pouco sobre a experiência.

Essa experiência foi muito interessante. A embaixada da Dinamarca no Brasil tem um projeto denominado Diálogos Nórdicos e o tema de 2019 foi transparência e a confiança entre instituições e indivíduos. Com o apoio desse projeto, a Transparência Internacional estruturou o projeto denominado Integridade nos Estados, com o objetivo de provocar avanços nos referenciais normativos e na atuação articulada de diversos órgãos e entidades de controle interno, externo e social para o desenvolvimento de um ambiente institucional de promoção da integridade nos Estados.

Na primeira rodada, iniciada em 2019, foram selecionados representantes de sete estados brasileiros (RO, CE, GO, ES, MG, PR e RS), contemplando todas as regiões do país. O Estado de Minas Gerais foi selecionado em razão de um intenso trabalho que a Controladoria-Geral do Estado vem desenvolvendo a partir do Plano Mineiro de Promoção da Integridade (PMPI) e do apoio expresso do governador Romeu Zema ao projeto Integridade nos Estados. Eu fui indicada para compor o projeto como representante de um dos órgãos de controle externo e também como membro da Rede de Controle e Combate à Corrupção em MG – ARCCO, já que a atuação das redes de controle tem um papel fundamental nesse projeto. Os outros representantes de Minas Gerais nessa fase inicial do projeto são a subcontroladora de Transparência e Integridade da Controladoria-Geral do Estado, Nicolle Ferreira Bleme, e o diretor executivo do Observatório Social de Sete Lagoas, Paulo Henrique Rocha Leão.

Uma parte desse projeto foi a capacitação realizada em Copenhague nas duas primeiras semanas de dezembro de 2019, que contou com um intenso programa de aulas e palestras de especialistas dinamarqueses de diversos setores da academia, da administração pública, da sociedade civil organizada e da mídia, além de um circuito de visitas

guiadas que nos permitiu conhecer de perto algumas entidades como a Auditoria-Geral (que equivaleria ao nosso Tribunal de Contas da União), a Associação Nacional dos Municípios, o Ombudsman do Parlamento, entre outros. Como a Dinamarca é reconhecida como um dos países com o governo mais digitalizado e transparente e é considerada um dos países menos corruptos do mundo, é muito válido entender melhor como estão estruturados os órgãos de controle, como atuam a sociedade civil, a mídia e diversos departamentos do governo no constante desafio de aprimorar a eficiência do serviço público e de prevenir fraudes e desvios de recursos públicos, sem necessariamente depender de mais investimentos públicos em estruturas de controle.

É claro que as diferenças culturais, históricas, socioeconômicas e até geográficas são enormes entre Brasil e Dinamarca e devem sempre ser consideradas nas análises ou comparações feitas entre os países, mas o objetivo do curso em Copenhague não foi o de aprender fórmulas prontas para aplicarmos aqui a fim de resolvermos nossos desafios. Aprender sobre as especificidades do contexto normativo e institucional dinamarquês na promoção da integridade serviu para ampliar os horizontes e foi fonte de inspiração em diversos momentos, mas toda a capacitação foi permeada por contrapontos feitos pelos representantes de diferentes estados brasileiros e foi uma excelente oportunidade para identificarmos com maior atenção as importantes distinções nas oportunidades e desafios que existem dentro do próprio Brasil. Nesse sentido, foi muito rica a troca de experiências entre os representantes dos estados e isso potencializa o engajamento de todos, o que será muito importante nas próximas fases do projeto, que demandam a atuação prática no desenho e implantação de planos estaduais de integridade que possam envolver o maior espectro possível de entidades públicas e da sociedade civil. É previsto o envolvimento dos demais estados brasileiros, e a Transparência Internacional desenvolveu uma metodologia, que esteve aberta para consulta pública até o início de 2020, para acompanhar periodicamente o ambiente de integridade, a transparência e os instrumentos de combate à corrupção de diversos órgãos estaduais no Brasil. Em Minas Gerais estamos trabalhando para desenvolver uma estratégia de engajamento a partir do mapeamento das especificidades do nosso contexto. Aqui na Superintendência de Controle Externo, estamos finalizando a preparação de uma apresentação mais detalhada desse projeto e do que foi o curso na Dinamarca, de forma a dar um contexto mais claro de qual é o papel do Tribunal.

Para finalizar, gostaria que contasse sobre o que a senhora gosta de fazer nas suas horas de lazer.

Eu gosto muito de praticar esportes, muito mesmo. Na rotina apertada com as demandas do Tribunal, tenho conseguido manter o *squash* e o pilates, mas nos finais de semana fico inquieta buscando companhias para pedalar, jogar tênis, vôlei, etc. Se der tudo errado, me contento nadando ou correndo sozinha para espairecer mesmo. ■



CAPA

Uma lente de aumento para as contas do seu município

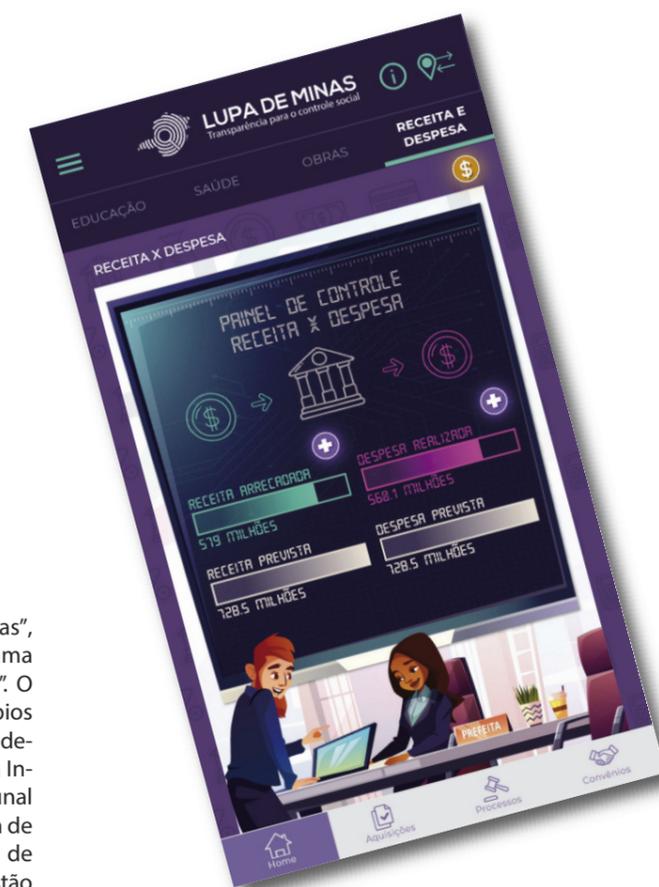
Karina Camargos Coutinho

Em novembro de 2011, foi aprovada a Lei Federal número 12.527, também chamada de Lei de Acesso à Informação (LAI). Apesar de o direito às informações públicas aos cidadãos já estar previsto na Constituição Federal de 1988, ele foi reafirmado e regulamentado por meio dessa lei. A Constituição Federal já havia previsto no inciso XIV, do seu artigo 5º, que “é assegurado a todos o acesso à informação”. Já no inciso XXXIII, ressaltou: “todos têm direito

a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”. Diante desse contexto, em que a transparência e o controle social ganham cada vez mais força no cenário brasileiro e contribuem para a melhoria da efetivação das políticas públicas, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) lançou, em dezembro de 2019, um aplicativo que revela as despesas e as receitas dos municípios mineiros.

O aplicativo, que recebeu o nome de “Lupa de Minas”, tem como proposta ser um “incentivo à cidadania e uma nova ferramenta de transparência para o controle social”. O *app* permite acompanhar a administração dos municípios do Estado de Minas Gerais com informações que foram declaradas, pelos próprios gestores, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom) do Tribunal de Contas. Também foram extraídos dados do Sistema de Gestão e Administração de Processos (SGAP), Sistema de Gestão de Identidade (SGI), Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) e do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais (CAPMG).

O aplicativo também buscou informações fora do âmbito do Tribunal de Contas, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do Censo, e do Datasus (departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil). O Lupa de Minas foi desenvolvido com recursos oriundos de emenda parlamentar viabilizada por meio de convênio, junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. As informações disponibilizadas no aplicativo também estão disponíveis no portal “Fiscalizando com o TCE”.



Receita e despesa

O cidadão pode baixar o aplicativo Lupa de Minas de forma gratuita em seu celular. Com ele é possível visualizar as receitas e despesas na área da educação, saúde e obras. Além disso, o cidadão pode visualizar em um painel a receita arrecadada e a despesa realizada, além da previsão de arrecadação e de despesa.

É possível também fazer um comparativo anual da receita *versus* despesa nos últimos anos. ▶



Aquisições

Outra funcionalidade do aplicativo é a aba “aquisições”. Nessa parte do *app* é possível visualizar o valor total das aquisições municipais por órgão ou por assunto. Primeiramente, as aquisições por órgãos são exibidas. Em seguida, é exibida a lista de aquisições por assunto.

Por exemplo, o cidadão pode escolher assuntos como previdência social, transporte, habitação, agricultura, dentre outros (a depender do que cada município oferece à sua população) e consultar quanto foi gasto naquela área. Se o cidadão quiser ter acesso ao detalhamento das aquisições (tipo de licitação, objetivo, valor, data, nome e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa licitante), é só clicar em um sinal que representa o positivo e um detalhamento das aquisições será exibido. Além disso, é possível fazer um filtro e pesquisar informando o ano, o assunto, o tipo de aquisição (dispensa, inexigibilidade, licitação), número da licitação e objeto.



Processos

Na aba intitulada “processos” é possível consultar processos que estão em andamento ou em fase de decisão final no Tribunal de Contas. As naturezas disponíveis são: licitação, prestação de contas e tomada de contas. Nos processos de prestação de contas em decisão final e tomadas de contas é disponibilizado o número, a descrição ou objeto do processo, o relator, a situação e a data de autuação. Existe também a possibilidade de baixar o relatório de controle interno da prestação de contas (caso o órgão tenha disponibilizado ao TCE).

Convênios

Os convênios celebrados pelo município também podem ser consultados pelo aplicativo. Clicando no último ícone da barra inferior, intitulado “convênios”, representado graficamente por um cumprimento de mãos, é possível visualizar todos os convênios celebrados pelo município. O número do processo, o órgão concedente e conveniente, a vigência, o valor total e o objeto do convênio são exibidos. Os convênios são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de objetivos de interesse comum.

Panorama do município

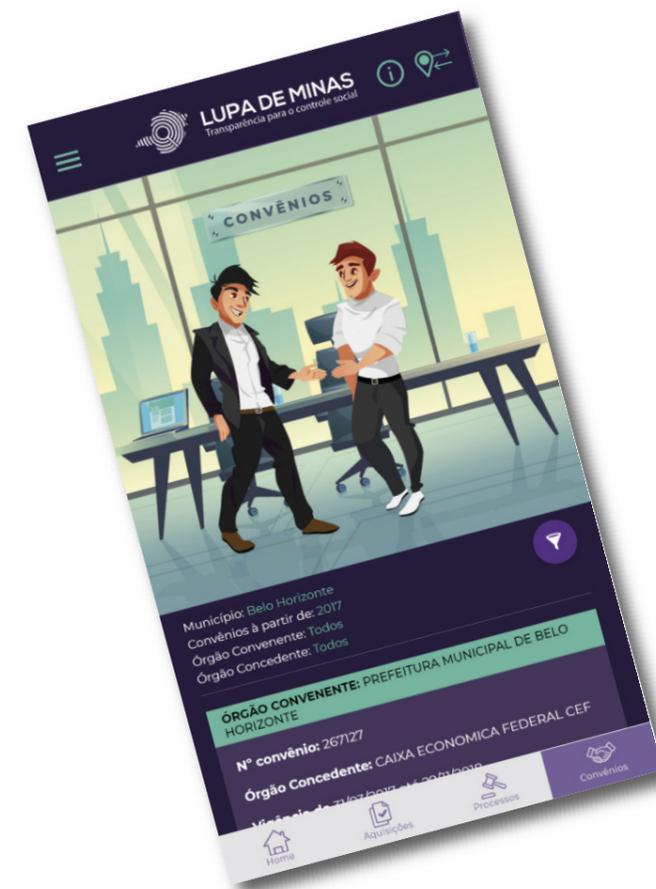
As informações gerais do município também são disponibilizadas no aplicativo por meio de uma representação gráfica simulando o funcionamento de uma cidade. O nome do prefeito em exercício do ano solicitado e a nota de avaliação de sua gestão constam primeiramente. Essa nota é calculada pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), que é uma ferramenta de diagnóstico que visa avaliar a efetividade da gestão administrativa das prefeituras. O índice é composto por sete indicadores envolvendo boas práticas nas áreas de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção das Cidades e Governança da Tecnologia da Informação. Os dados são coletados anualmente por meio de questionários eletrônicos.

O aplicativo também informa o número da população, eleitores, área total e o índice relacionado à qualidade de vida (bem-estar dos moradores da cidade). Esse Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador da Organização das Nações Unidas (ONU) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. O IDH varia entre a nota zero (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (o que representa desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo da nota 1, mais desenvolvido é o local. A média mundial dos 188 países avaliados em 2014 foi de 0,702.

No setor da indústria também são mostradas a riqueza do município e a riqueza por habitante. A riqueza de um município é medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região (países, estados ou cidades), durante um período determinado. A riqueza por habitante é obtida pela divisão da quantidade do PIB por morador da cidade.

Também é possível visualizar uma lista com os órgãos do município intitulada “outros órgãos”. Câmara Municipal, hospitais públicos, fundações, empresas públicas, companhias, superintendências, dentre outros (a depender do município) são exibidos. Na lista consta o nome do responsável, a receita e a despesa total do órgão.

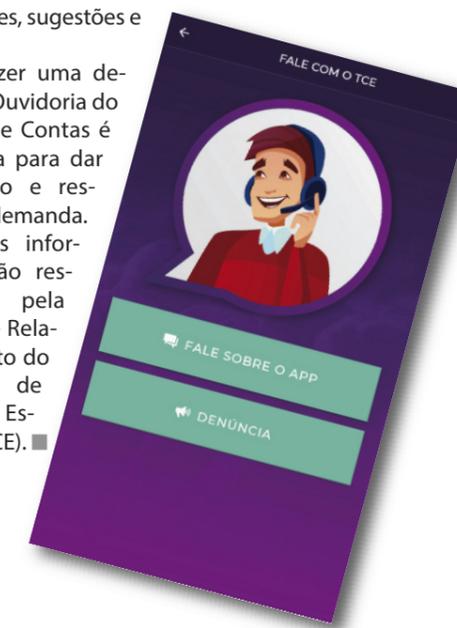
Na aba “caminho do dinheiro público”, uma breve história é relatada para explicar ao cidadão, de forma didática, como o dinheiro dos impostos deve ser usado no setor público.



Fale com o TCE

Caso o cidadão queira se comunicar com o Tribunal de Contas, pode acessar a aba “Fale com o TCE”. Por meio do canal, é possível fazer uma denúncia, falar sobre o aplicativo, enviar reclamações, sugestões e críticas.

Ao fazer uma denúncia, a Ouvidoria do Tribunal de Contas é convocada para dar andamento e responder à demanda. As demais informações são respondidas pela Central de Relacionamento do Tribunal de Contas do Estado (CRTCE). ■



O caminho até o dia da prova

Fred La Rocca

Vida de concurseiro não é nada fácil! Tem que estudar demais, aprender a lidar com a ansiedade, não esquecer da caneta esferográfica azul ou preta e de levar um lanchinho no dia da prova. Mas o que muita gente não imagina é o processo em que um edital de concurso público passa para que os testes possam ser aplicados tranquilamente. Os tribunais de contas não ficam de fora desse procedimento!

As constituições Federal e do Estado de Minas Gerais atribuem às cortes de contas a função de examinar a legalidade dos atos de admissão de pessoal. Como a investida em órgãos públicos é por meio de provas, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais analisa os editais de concursos.

As entidades que vão realizar o certame público devem enviar para o TCE o número do edital; data da publicação e órgão de divulgação; objeto do edital; legislação criadora dos cargos, vencimentos, jornada de trabalho, atribuições e escolaridade exigida; período

de inscrições; data prevista para realização das provas; percentual de vagas a portadores de necessidades especiais; entre outras informações.

Os dados são cadastrados através do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal (Fiscap). O programa, desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal, é disponibilizado a todos os jurisdicionados do Estado que necessitam remeter informes ao TC. Para ter acesso ao sistema, as instituições devem entrar em contato com o órgão para que seja criada uma senha. Há alguns anos, toda a documentação era enviada por ofício, de forma física, o que demandava muito mais tempo para solucionar todos os processos.

Atualmente o TC de Minas recebe uma média de 30 editais por mês e cerca de seis são autuados e transformados em processos.

O formulário sobre o concurso deve ser preenchido até 60 dias antes da data de início das inscrições. É importante lembrar que, ao preencher o questionário, devem ser acrescentadas as leis que dispõem sobre a criação dos cargos e empregos públicos que estão sendo oferecidos. Outro ponto que é indispensável é anexar documentos, como o próprio edital e retificações.

Hoje em dia, o próprio Fiscap levanta, através de pontuação, quais editais têm mais irregularidades e faz as autuações de forma automática. O próximo passo é a avaliação técnica. Dependendo do apontamento, o certame pode ser suspenso até que os erros sejam retificados. Em casos mais graves, pode ser gerado uma multa ou uma advertência ao gestor para que em um próximo edital não aconteça o mesmo lapso.

O Tribunal de Contas evita ao máximo que o concurso seja suspenso e tenta contornar as falhas sem que se paralise o procedimento das provas. É uma tentativa de impedir

o gasto de mais dinheiro público e, assim, não gerar tormentos para os candidatos. A maioria dos jurisdicionados consegue corrigir os erros, enviando documentos faltosos e esclarecendo as dúvidas abordadas pelos técnicos do TCE.

Muitos deslizes acontecem por causa de erros no momento de enviar os dados pelo sistema. Entre as falhas de emissão mais comuns estão as especificações dos cargos, que têm que ser regidas por uma legislação; número de vagas destinadas a deficientes; remuneração; cláusulas restritivas; prazo para recursos; esclarecimentos sobre a taxa de isenção; e a publicidade, ou seja, a divulgação do edital em um jornal de grande circulação.

Os concursos que oferecem vagas em caráter de cadastro de reserva têm que justificar o motivo pelo qual estão realizando as provas. Deve ser comprovado por documentação que há pessoas com ato de aposentadoria publicado ou demanda maior de trabalho, por exemplo. Sem os argumentos, o edital pode ser anulado, já que gera um gasto desnecessário ao erário.

Após os apontamentos da área técnica do TCE, o relatório é encaminhado para o Ministério Público de Contas, que pode completar as observações. A seguir, os autos de análise do edital são enviados para o gabinete do relator. O conselheiro pode acatar ou não as indicações feitas antes de levar para a sessão plenária e submetê-lo ao voto dos outros colegas.

O exame dos editais é um procedimento relativamente novo. Até o ano de 2008, o TCE mineiro não verificava estes documentos. Porém, para evitar dano ao erário, foram normatizados pela Instrução Normativa número 05/2007 os critérios de envio de dados. O Tribunal, ainda, trabalha para melhorar a triagem feita pelo Fiscap e pretende, futuramente, acompanhar também a homologação e nomeação dos candidatos.

TREINAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Primeira parada Curvelo



Basilica de São Geraldo

Fred La Rocca e Luca Mendes

A cidade de Curvelo abriu o caminho para a série de treinamentos sobre controle interno que o Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) faz pelo interior de Minas neste ano. O primeiro encontro reuniu mais de 200 representantes de cerca de 50 municípios das regiões Central e Norte, entre os dias 13 e 14 de fevereiro, na Câmara Municipal.

Na solenidade de abertura do evento, o vice-presidente do TCEMG, conselheiro José Alves Viana, que já foi vereador e prefeito de Curvelo, ressaltou o papel pedagógico do Tribunal e disse que o órgão é hoje “mais parceiro e menos sancionador”. O conselheiro destacou a parceria do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e os apoios do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público do Estado (MPMG), da Controladoria Geral do Estado (CGE), da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e da Associação Mineira de Municípios (AMM) para a concretização dos treinamentos.

Viana motivou os participantes com um convite para que eles interagissem ao máximo com os palestrantes e frisou que o controle interno é um aliado do gestor público. “A prevenção é a maior arma para combater o desperdício e o mau uso do dinheiro público”, concluiu.



O vice-presidente do TCEMG, conselheiro José Alves Viana ressaltou que o controle interno é um aliado do gestor público. “A prevenção é a maior arma para combater o desperdício e o mau uso do dinheiro público”, disse.



O presidente da Câmara Municipal de Curvelo, vereador José Rafael Costa, parabenizou o Tribunal de Contas pelo evento. Ele reforçou que “o papel do Controle Interno é muito maior do que fiscalizar, pois sua função principal é servir de ferramenta de apoio à administração”.

Em seu depoimento, o prefeito de Curvelo, Maurílio Guimarães, que representou a AMM, confirmou as palavras do conselheiro José Alves Viana sobre a mudança do Tribunal de Contas na sua forma de atuar. “Os conselheiros, hoje, estão mais abertos, entendem as dificuldades que os prefeitos passam”, afirmou.

Andréia Santos é controladora interna de Pirapora. A servidora disse que os desafios são constantes nos municípios, devido à falta de mão de obra especializada e de entendimento dos administradores sobre o papel do controlador interno. “Eles precisam saber que é importante o controle interno atuar, que é importante a transparência, que os questionamentos que solicitamos são para a melhoria da gestão pública”, pontuou.

Encerrada a cerimônia, os trabalhos técnicos foram iniciados. O primeiro a falar foi o analista de controle externo, Thiago Henrique Silva, que mostrou os resultados do “Sob Controle”, um projeto do TCEMG que promove ações para o desenvolvimento do controle interno dos municípios. Em seguida, Virgílio Queiroz, diretor de transparência de Belo Horizonte, fez palestra com o tema “O Controle Interno como aliado para uma gestão eficiente”.

O chefe de gabinete da presidência do TCEMG, Carlos Alberto Pavan Alvim, apresentou o aplicativo Lupa de Minas, uma ferramenta de transparência lançada pelo presidente do Tribunal, Mauri Torres, para auxiliar o cidadão a acompanhar as contas dos 853 municípios de Minas.

Ainda pela manhã, o analista Gustavo Degani apresentou o Cadastro de Agentes Públicos de Minas Gerais (CAPMG), outra ferramenta de transparência desenvolvida pelo TCEMG. A coordenadora Edina Motta falou sobre Sistema Informatizado das Contas Municipais (Sicom) e também sobre o Sistema de Serviços de Engenharia e Obras Públicas (Sisop).

À tarde, foram apresentadas boas práticas de controladorias internas locais. Na sequência, a analista Mariza Nunes discorreu sobre a “Avaliação dos Controles Internos da Receita” e Wagner Alves, da CGU, abordou os “Passos para implementação da gestão de riscos”. Para finalizar o primeiro dia, o promotor de justiça do MPMG José Carlos Fernandes Júnior palestrou sobre “A contribuição do Controle Interno no combate à corrupção”.

No dia seguinte, 14 de fevereiro, os trabalhos retomaram logo cedo com os “Passos para uma Boa Governança”, apresentados pela servidora da Controladoria-Geral da União (CGU), Conceição Policarpo, seguida por Fernando de Almeida Souza, da Controladoria-Geral do Estado (CGE), que mostrou como superar desafios para a implantação de controladorias internas efetivas. O coordenador da Secretaria da Ouvidoria do TCE mineiro, Gustavo Terra Elias, destacou a importância do setor como instrumento de controle social.

Depois do almoço, os integrantes receberam orientações de como a contribuição social pode melhorar a gestão pública. O analista de controle externo do Tribunal de Contas Antônio José Rodrigues encerrou o evento com dicas para elaborar um relatório a ser apresentado nas prestações de contas e esclareceu dúvidas dos participantes.

De Curvelo, o treinamento “O Tribunal no Fortalecimento do Controle Interno” segue para Teófilo Otoni, Pouso Alegre, Uberaba e Viçosa.

A programação completa e as inscrições podem ser acessadas no site da Escola de Contas do TCEMG.

ENCONTRO TÉCNICO

Dois mil capacitados



Alda Clara

O Encontro Técnico do TCEMG e os Municípios encerrou o ciclo de treinamentos do ano de 2019 nas cidades de Patrocínio e Juiz de Fora. Patrocínio reuniu cerca de 250 pessoas, vindas de 30 municípios das regiões do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, nos dias 07 e 08 de novembro. Na Zona



da Mata, a cidade de Juiz de Fora sediou o último evento, que tratou do tema "O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal", nos dias 21 e 22 de novembro. Na cidade de Juiz de Fora se capacitaram mais 300 pessoas, de 40 cidades vizinhas.

Os Encontros Técnicos realizados em 2019, em sete cidades mineiras (Belo Horizonte, Montes Claros, Paracatu, Alfenas, Ipatinga, Patrocínio e Juiz de Fora), voltaram seu foco para a capacitação dos agentes públicos com o objetivo de aumentar a arrecadação nas suas cidades e superar a crise financeira. No total, participaram dos eventos quase 2 mil pessoas, de 291 municípios mineiros.



ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Das letras e das contas



Rua da Bahia, 1466, Lourdes.
O palacete Borges da Costa
abriga a atual sede da
Academia Mineira de Letras



Vivaldi Moreira



Mário Gonçalves Matos



João Bosco Murta Lages

Karina Camargos Coutinho

A Academia Mineira de Letras (AML) é uma instituição acima das paixões, dos atropelos, dos ódios, das cóleras, das preferências. Essas palavras estão estampadas na parede de sua sede, em Belo Horizonte, e levam a assinatura de Vivaldi Moreira. O mesmo Vivaldi Moreira que foi conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), foi também membro e presidente da AML. Outros dois membros do TCEMG que tiveram suas vidas marcadas pelas contas e pela literatura foram João Bosco Murta Lages e Mário Gonçalves Matos, que também ocuparam cadeiras em ambas as instituições.

Vivaldi Moreira se formou em Direito e paralelamente dedicou-se ao Jornalismo. Ele foi o segundo sucessor da

cadeira número 38 da Academia. No Tribunal, começou como auditor e depois foi conselheiro. Recebeu homenagens no TCEMG e na Academia, tendo em ambos auditórios batizados com o seu nome. Outro jornalista que ocupou assento tanto no Tribunal de Contas como na Academia foi Mário Gonçalves de Matos. Ele foi o primeiro sucessor da cadeira número 16 da Academia e no Tribunal atuou como ministro (cargo que equivale ao de conselheiro atualmente). Já João Bosco Murta Lages foi o quarto sucessor da cadeira número 7 da Academia e atuou como conselheiro do TCEMG a partir do fim da década de 80. Todos são nascidos em Minas Gerais.

A Academia

A Academia Mineira de Letras foi fundada na cidade de Juiz de Fora, em 25 de dezembro de 1909, por um ▶



A Academia Mineira de Letras tem uma galeria com os retratos dos imortais



grupo de pioneiros ligados à literatura e à cultura como jornalistas, escritores, profissionais liberais, dentre outros. Inicialmente foram 12 idealizadores que, posteriormente, elegeram mais 18 intelectuais. Em 1915, em decisão unânime dos membros, a Academia se mudou para a capital (Belo Horizonte). Em 1943, recebeu sede própria, se instalando em um edifício na rua dos Carijós (centro da capital) onde permaneceria até 1987. Em seguida, o palacete Borges da Costa situado na rua da Bahia recebeu a sede da Academia, onde permanece até hoje. A mudança foi possível depois do poder público estadual passar o casarão em comodato para a Academia Mineira de Letras em 1987, ocasião em que ele foi restaurado. Ao lado dele, foi construído um anexo para receber eventos e reuniões e um auditório que recebeu o nome de Vivaldi Moreira. Atualmente o local continua como um ponto de referência da arquitetura e memória da cidade.

O palacete foi construído na década de 1920, provavelmente em 1923/1924, para ser o consultório e residência do médico carioca Eduardo Borges da Costa, radicado na capital mineira. Inicialmente a construção abrigou a clínica com uma recepção, consultórios, dois quartos para internação de pacientes, além de um

laboratório, uma biblioteca e um banheiro. Depois foi ampliada para receber a residência da família. Depois disso o casarão passou a ter 44 cômodos, incluindo os pertencentes à clínica médica. Desde o início, a residência tornou-se ponto da elite intelectual e política da nova capital. A residência acolheu inúmeros jantares e encontros durante vários anos. O imóvel e respectivo terreno foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), homologado pelo Decreto número 27.927 de 15 março de 1988, recomendando sua inscrição no Livro número II do Tombo das Belas Artes.

A academia possui 40 cadeiras vitalícias. De acordo com o presidente Rogério Tavares, quarto sucessor da cadeira número 8, o acervo da AML é composto por 10 coleções de livros raros, incluindo o acervo de Vivaldi Moreira. Rogério conta que a Academia tem programação voltada para o público, realizando cerca de 100 eventos gratuitos por ano como palestras, debates e conferências. "A Academia existe para celebrar a literatura e a língua portuguesa", definiu Rogério. A programação completa da Academia está disponível no seu endereço eletrônico www.academiamineiradeletras.org.br. ■



O segundo andar do palacete Borges da Costa abriga vasta coleção de livros em seus cômodos históricos.



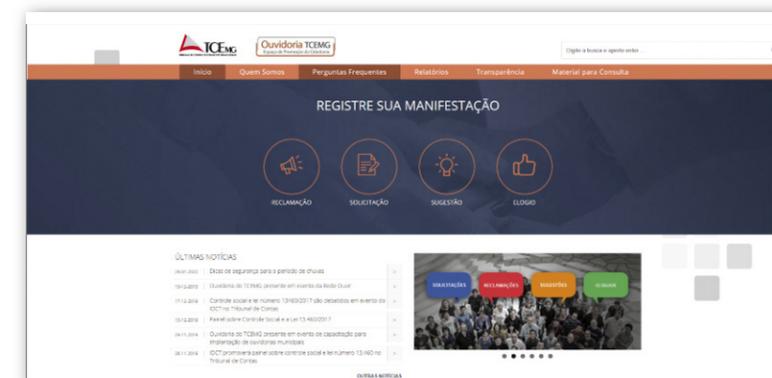
REDE OUVIR

O renascimento da parceria

Lucas Borges

Fomentar a participação popular, permitindo que o cidadão tenha um canal direto para relacionar-se com as entidades públicas do Estado, para solicitar informações e apresentar sugestões, queixas, reclamações e denúncias relativas à prestação dos serviços públicos ou o desempenho institucional. Com esses objetivos, as ouvidorias de diversos órgãos decidiram reativar a Rede Mineira de Ouvidorias Públicas, a Rede Ouvir, no ano passado. A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exercida pelo conselheiro Durval Ângelo, teve papel central nesse projeto, coordenando reuniões entre diversas entidades até a recriação da rede.

A Rede Ouvir é fruto de uma parceria entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), a Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais (OGE-MG), a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP-MG), o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG), o Instituto de Defesa da Cidadania e da Transparência (IDCT), a Associação Brasileira de Ouvidores (ABO) e as prefeituras de Belo Horizonte e Contagem. Após ser reativada, em setembro de 2019, foram realizadas três reuniões das ouvidorias participantes, além de encontros e eventos da rede.



Entre as ações da rede estão a troca de informações e experiência, além de estimular a criação e capacitar os serviços de ouvidoria em todas as instituições públicas de Minas Gerais. Nos encontros do final do ano passado, os representantes das entidades e órgãos participantes da Rede Ouvir alinharam algumas decisões que serão tocadas em 2020, como a criação de um portal de divulgação da rede, uma cartilha padrão da Rede Ouvir que seria utilizada nas ouvidorias, e ações de orientação e de divulgação dos papéis das ouvidorias junto aos usuários do serviço e dos gestores públicos.

Durante a primeira reunião da rede, o coordenador da

Ouvidoria do TCEMG, Gustavo Terra Elias, fez uma breve apresentação sobre algumas iniciativas desenvolvidas pela Ouvidoria do TCEMG e destacou que os ouvidores devem atuar para “criar uma cultura, que ainda não temos no país, que é de avaliar o serviço público oferecido”. Terra Elias comentou que “seria muito bom se a gente pudesse compartilhar as nossas experiências com mais força, ao lado de outros parceiros”.

Ao longo de 2020, a Rede Ouvir promoverá uma série de encontros e reuniões. Acompanhe as datas e locais em nosso site www.tce.mg.gov.br e no site da Ouvidoria do Tribunal (<https://ouvidoria.tce.mg.gov.br/>).



Representantes de diversas ouvidorias públicas se reuniram no TCEMG para definir a reativação da Rede Ouvir

ACESSIBILIDADE

Tribunal em libras



Karina Camargos Coutinho

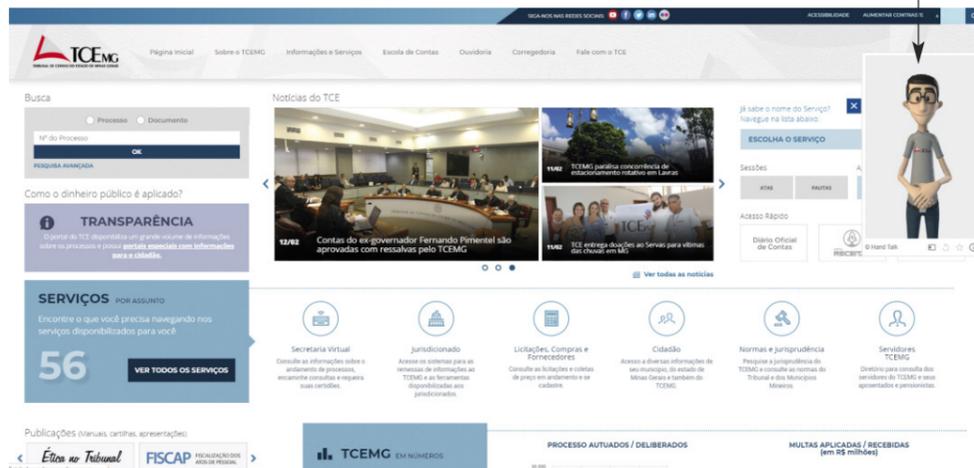
O site do Tribunal agora tem um recurso novo. Trata-se de um ícone, ilustrado com duas mãos simulando movimento, que aparece na lateral ou no canto da tela. O desenho, na cor azul, indica que o portal eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), hospedado no endereço www.tce.mg.gov.br, é acessível em Libras (Língua Brasileira de Sinais).

A funcionalidade está ativa desde dezembro de 2019 e para acessar a tradução basta clicar no desenho. Dessa forma, o intérprete virtual, que recebeu o nome de Hugo, surgirá e fará a interpretação do texto selecionado pelo internauta. Para navegar pelas demais páginas é necessário clicar no item desejado e na opção "Acessar link". A acessibilidade em Libras é prevista na Lei Federal número 13.146, de 6 de julho de 2015. O artigo 63 da norma prevê que "é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no

país ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente."

De acordo com a Diretoria da Tecnologia da Informação (DTI) do Tribunal, o assistente virtual é compatível com a maioria dos navegadores atuais como Chrome, Firefox, Edge, Safari e Opera. É possível mensurar quantas traduções foram feitas no site do TCEMG em determinado período. A unidade de medida é a palavra traduzida.

Estima-se que em 2010 havia 10 milhões de pessoas surdas no Brasil, o que representa cerca de 5% da população brasileira. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 24 de abril de 2002, a Lei Federal número 10.436 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.



ENCONTRO TÉCNICO - 2020 TCEMG E OS MUNICÍPIOS

FECHANDO AS CONTAS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO: GOVERNANÇA, PREVENÇÃO E RISCOS.



DATAS E CIDADES

- 05 e 06 de março Guaxupé
- 02 e 03 de abril Uberlândia
- 14 e 15 de maio Leopoldina
- 28 e 29 de maio Governador Valadares
- 18 e 19 de junho Janaúba
- 02 e 03 de julho João Pinheiro
- 12 e 13 de novembro Belo Horizonte

Realização:



Apoio:





Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 / Tel: (31) 3348-2111

www.tce.mg.gov.br

 @TCEMGoficial  @tcemg  YouTube/tcemgoficial